



DE 5 A 9 DEZEMBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 354/XIII](#)

Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 355/XIII](#)

Regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 356/XIII](#)

Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional

Autoria: PCP

[Proposta de Lei 39/XIII](#)

Procede à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade

Autoria: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Proposta de Lei 40/XIII](#)

Aprova a Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna.

[Proposta de Lei 41/XIII](#)

Autoriza o Governo a criar o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital

[Proposta de Lei 42/XIII](#)

Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida.

[Proposta de Lei 43/XIII](#)

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas

[Proposta de Lei 44/XIII](#)

Altera o Código Cooperativo

[Proposta de Lei 45/XIII](#)

Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva n.º 2014/54/EU

[Projeto de Resolução 566/XIII](#)

Recomenda ao Governo um diálogo sério com os parceiros sociais no sentido de alcançar um acordo de concertação social de médio prazo sobre o Crescimento, Competitividade e Emprego que inclua a atualização do Salário Mínimo Nacional

Autoria: PSD

[Proposta de Resolução 35/XIII](#)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Montenegro para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, em 12 de julho de 2016.

[Proposta de Resolução 36/XIII](#)

Aprova o Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento assinada em 14 de janeiro de 1971, assinada a 25 de agosto de 2016.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Proposta de Resolução 37/XIII](#)

Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina referente aos Testes Genéticos para Fins relacionados com a Saúde, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 27 de novembro de 2008.

 **AMBIENTE**

[Portaria n.º 306/2016 - Diário da República n.º 234/2016, Série I de 2016-12-07](#)

Economia e Ambiente

Fixa a estrutura, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos, designada por CAGER

 **EDUCAÇÃO**

[Portaria n.º 305/2016 - Diário da República n.º 233/2016, Série I de 2016-12-06](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Altera o Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior, aprovado pela [Portaria n.º 181-D/2015](#), de 19 de junho

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Análise do setor da construção 2011-2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Análise do setor das atividades de informação e comunicação 2011-2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Análise do setor do turismo 2011-2016](#)

[Divulgação das taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 1.º trimestre de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos-outubro de 2016](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Risk Outlook - November 2016](#)

[Instruções da CMVM relativas a organismos de investimento coletivo e capital de risco \(entrada em vigor a 01.06.2017\)](#)

 **FISCAL**

[Presidente da República promulga diploma do Governo](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

 **IMOBILIÁRIO**

[Acórdão n.º 583/2016 - Diário da República n.º 235/2016, Série II de 2016-12-09](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída da alínea a) do n.º 1 do artigo 1091.º do Código Civil, na redação introduzida pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, interpretada no sentido de o arrendatário, há mais de três anos, de parte de prédio urbano não constituído em propriedade horizontal, não ter direito de preferência sobre a totalidade do prédio, na compra e venda desse mesmo prédio

 **PENAL**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 15/2016 - Diário da República n.º 233/2016, Série I de 2016-12-06](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«Nos termos do artigo 70.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o ofendido que seja advogado e pretenda constituir-se assistente, em processo penal, tem de estar representado nos autos por outro advogado.»

 **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE (PDR 2020)**

[Portaria n.º 303-A/2016 - Diário da República n.º 232/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-12-05](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Terceira alteração à [Portaria n.º 230/2014](#), de 11 de novembro

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Portaria n.º 308/2016 - Diário da República n.º 235/2016, Série I de 2016-12-09](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 324/2015](#), de 1 de outubro

 **TMT**

[Presidente da República promulga decreto da Assembleia da República](#)

O Presidente da República promulgou o decreto da Assembleia da República que alarga a oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre (TDT), garantindo as condições técnicas adequadas e o controlo do preço.

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Relatório de avaliação da sociedade de informação](#)

Relatório da UIT divulga dados globais e de desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A - Diário da República n.º 233/2016, Série I de 2016-12-06](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Fixa o elenco e composição das comissões especializadas permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 19/2016/A - Diário da República n.º 233/2016, Série I de 2016-12-06](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Programa do XII Governo Regional dos Açores

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 40/2016/M - Diário da República n.º 233/2016, Série I de 2016-12-06](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial na Região Autónoma da Madeira e a criação do Inventário do Património Cultural Imaterial

[Declaração n.º 1/2016/M - Diário da República n.º 234/2016, Série I de 2016-12-07](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Publicação dos mapas da conta de 2014, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Dados Pessoais

Decisão (UE) 2016/2220 do Conselho, de 2 de dezembro de 2016, relativa à [celebração, em nome da União Europeia, de um acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a proteção dos dados pessoais no âmbito da prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais](#)

Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a [proteção dos dados pessoais no âmbito da prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/2227 da Comissão, de 9 de dezembro de 2016, relativo à [prorrogação dos períodos de transição relacionados com os requisitos de fundos próprios para posições em risco sobre contrapartes centrais previstos nos Regulamentos \(UE\) n.º 575/2013 e \(UE\) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Retificação da Diretiva 2014/49/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos [sistemas de garantia de depósitos](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Atos Preparatórios

Parecer do Banco Central Europeu, de 12 de outubro de 2016, sobre uma proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à [prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva 2009/101/CE](#)

Informações

Conclusões do Conselho sobre os [critérios e o processo de estabelecimento, para efeitos fiscais, da lista da UE de jurisdições não cooperantes](#)

Regulamento Interno, de 21 de outubro de 2016, do Comité Consultivo para a [Coordenação dos Sistemas de Segurança Social](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Pacote de processos por infração de dezembro: principais decisões](#)

Apresentação por domínio político

[União da Segurança: Comissão apresenta plano de ação para combater a falsificação de documentos de viagem](#)

A Comissão adotou hoje um plano de ação que define medidas concretas para melhorar a segurança dos documentos de viagem, tal como anunciado na Comunicação «[Reforçar a segurança num mundo de mobilidade](#)», adotada por ocasião do discurso de 2016 do Presidente Juncker sobre o estado da União.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

DGPJ – DIREÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Atualização da Recomendação do Tribunal de Justiça da União Europeia relativa à apresentação de processos prejudiciais](#)

Foi publicada, no passado dia 25 de novembro, no Jornal Oficial da União Europeia, a atualização da Recomendação dirigida aos órgãos jurisdicionais nacionais tendo em vista a apresentação de processos prejudiciais.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Alteração ao regime jurídico relativo ao estatuto dos administradores judiciais atribuindo-lhes a possibilidade de acesso às bases de dados públicas, nomeadamente ao registo informático das execuções, às bases de dados tributárias e da segurança social, nos mesmos termos em que esse acesso é conferido aos agentes de execução.

- Resolução que, ao abrigo do Orçamento do Estado para 2016, autoriza o IGCP a emitir dívida pública, de acordo com os limites e com as finalidades estabelecidas naquela Lei.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011